

## **Ao serviço do Império: a nobilitação de estrangeiros na corte joanina e manuelina**

**Marília dos Santos LOPES**

Centro de Estudos de Comunicação e Cultura - Universidade Católica Portuguesa

marilialopes@fch.lisboa.ucp.pt

No ano de 1494, o alemão Anton Herwart foi armado cavaleiro de espada dourada por D. João II. O ilustre médico e humanista, Hieronymus Münzer, seu companheiro de viagem, é quem o relata no *Itinerário* que escreveu sobre a sua viagem à Península Ibérica. Chegados a Portugal, os dois viajantes seriam afavelmente acolhidos pelo soberano português na cidade de Évora pelo que, como conta Münzer, ambos teriam tido a possibilidade de se sentarem quatro vezes à mesa do monarca. No final da estada, o soberano português " [...] armou-o [Anton Herwart] publicamente cavaleiro auratus na véspera de S.ta Catarina na sua capela e presenteou-o com espada e baínha dourada, esporas e capacete"<sup>1</sup>.

O facto de se tratar de um alemão não é motivo de admiração dado que, como destacou António Henrique de Oliveira Marques: "Na segunda metade do século XV era já estável e numerosa a colónia alemã fixada em Portugal"<sup>2</sup> pelo que se trataria de mais um exemplo dessa estreita e regular relação com o centro da Europa. Originário de Augsburg, uma das mais cosmopolitas cidades do sul de Alemanha, Anton Herwart é, na verdade, um dos primeiros representantes de uma família de comerciantes alemães a visitar Lisboa, família esta que virá só mais tarde a sediar-se na capital portuguesa com importantes contactos com o Oriente, como o comprovam os negócios em pimenta, cravo e canela de Jorg Herwart, nos anos de 1519/20<sup>3</sup>.

Uma das questões que se coloca é qual a razão que leva o monarca português a atribuir-lhe este título e esta distinção?

A nobilitação de Anton Herwart não é um caso único. Tal como o salientou Rita Costa Gomes, a corte portuguesa, a partir do século XIII, surge como o lugar por excelência do "tornar-se

---

<sup>1</sup> Basílio de VASCONCELOS, *"Itinerário" do Dr. Jerónimo Münzer (Excertos)*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1932, p. 14.

<sup>2</sup> A. H. De OLIVEIRA MARQUES, *Hansa e Portugal na Idade Média*, Lisboa, Presença, 1993, p. 105.

<sup>3</sup> Jürgen POHLE, *Deutschland und die überseeische Expansion Portugals im 15. und 16. Jahrhundert*, Münster, Lit, 2000, pp. 117 segs.



nobre"<sup>4</sup>. Neste seu trabalho, Rita Costa Gomes apresenta várias famílias portuguesas, como os Alenquer, cujo familiar mais famoso é o vedor João Afonso, os Sardinhas, célebres burgueses lisboetas, os Nogueiras, ligados à esfera da Fazenda real, ou ainda os Sem, oficiais de elevada hierarquia. Estes apenas alguns dos muitos exemplos conhecidos de mobilidade social na sociedade portuguesa do século XV.

Devido à qualidade, ao valor e ao talento das suas vocações, como Ellery Schalk destacou, membros das famílias burguesas ascendem a cavaleiros ou escudeiros, posições que passam a partilhar com a nobreza tradicional, porque se tornaram indispensáveis na manutenção e transmissão de ofícios burocrático-administrativos, financeiros e judiciais<sup>5</sup>. Estes exemplos da corte de D. João I demonstram como, já no século XV, é evidente a crescente nobilitação dos servidores régios, sendo, aliás, este o momento da formação da chamada nobreza de toga. E, se a designação permanece associada aos *defensores* dos três estados em que Deus dividira o mundo, e às virtudes cavalleirescas, logo primeiramente à perícia militar, talento daqueles que defendiam, o certo é que a nobreza passou a incluir uma grande diversidade de ofícios e de funções bem diversos dos tradicionais.

A nobilitação está, pois, estreitamente relacionada com o exercício de uma profissão ou mester que se tornou vital para a manutenção e funcionamento da própria corte que, itinerante, se torna cada vez mais complexa e alargada e precisa de novos servidores régios.

É pois a coroa que origina o alargamento da nobreza, como afirma António Rodrigues no seu *Tratado Geral da Nobreza*, "he nobre aquelle a quem o principe ou a ley faz nobre"<sup>6</sup>. E o imaginário medieval permanece não só nas designações, mas também nos códigos de comportamento que o monarca espera do seus servidores, como a fidelidade e a lealdade.

A partir da Baixa Idade Média, esboça-se em Portugal uma afirmação inequívoca da corte dada a denunciada complexificação do sistema burocrático, a sentida valorização dos organismos e dos oficiais sob a dependência directa da coroa, que estimula a tendência seguida por muitas famílias nobres de estreitar a ligação ao paço, dando origem a uma nobreza palatina, a chamada "nobreza de serviços"<sup>7</sup>.

Na esteira do "processo de curialização", como o definia Norbert Elias, cria-se entre os nobres e os monarcas uma relação de "dependência recíproca", como a caracterizou Rita Costa Gomes, que substituiu o tipo-ideal de uma nobreza guerreira e autónoma por um grupo cuja

<sup>4</sup> Rita Costa GOMES, *A corte dos reis de Portugal no final da Idade Média*, Lisboa, Difel 1995, p. 328.

<sup>5</sup> Ellery SCHALK, *L'épée et le sang, Une histoire du concept de noblesse (vers 1500 – vers 1650)*, Seyssel, Vallon, 1996, p. 15 segs.

<sup>6</sup> Cit. por Mafalda Soares da CUNHA, *A Casa de Bragança 1560-1640. Práticas senhoriais e redes clientelares*, Lisboa, Estampa, 2000, p. 56.

<sup>7</sup> Rita Costa GOMES, "A curialização da nobreza", in: *O tempo de Vasco da Gama*, dir. Diogo Ramada Curto, Lisboa, Difel, 1998, pp. 179-188; sobretudo pp. 180-83.



existência se prende com a sua inserção na corte. A coroa irá desenvolver mecanismos novos para reconduzir à sua pessoa e ao círculo que lhe estava próximo o controlo dos movimentos. Assim, irá ter um papel crescente nos organismos da Coroa, ampliado pela expansão colonial ultramarina, dada a possibilidade de consolidar a sua tessitura na burocratização e administração do Império.

Com efeito, já a ida para Ceuta constitui na primeira metade do século XV uma modalidade de serviço que o monarca atribui a cavaleiros e escudeiros, semelhante a tantas outras missões de serviço no exterior da corte, mas que a que ela estão naturalmente associados. Tal como para outros membros do séquito real, a experiência recolhida na "passagem aos lugares d'alem" seria reconhecida como de grande utilidade para o cortesão português<sup>8</sup>.

Ora, neste aumento significativo da nobilitação de funcionários da corte portuguesa nos séculos XIV e XV, não será de surpreender que, entre eles, figurem estrangeiros como fazendo parte do número de servidores distinguidos pelo monarca. Na verdade, vários são os exemplos de estrangeiros nobilitados em Portugal neste início da modernidade.

Se, por um lado, se assiste a um aumento da corte, e a uma mercantilização da nobreza, na figura do cavaleiro-mercador, como foi salientado por Vitorino Magalhães Godinho, o certo é que, olhando para o caso concreto dos estrangeiros, constatamos a 'feitura de nobres', isto é, não só os cavaleiros se tornam mercadores, como os mercadores adquirem o valor de cavaleiros. E esta nova constelação deve-se a um rei distribuidor de mercês, a um rei que controla as actividades, as funções, as empresas, as carreiras que se poderiam ir autonomizando e que assim ficam articuladas à acção e dinamismo da coroa. Muito se tem falado sobre a inexistência de uma classe burguesa em Portugal, e este não é o lugar para o fazer, mas estes exemplos fazem certamente parte desse debate.

Ao nobilitar estes novos agentes, a Coroa certifica o seu papel de reguladora do espaço social nobiliárquico, como sublinha Nuno Gonçalo Monteiro. Diz o autor: "De facto, a partir da dinastia de Avis (1385-1580), a Coroa passou a utilizar de forma continuada diversos dispositivos que se revelaram fundamentais na hierarquização interna do grupo e que se mantiveram até 1832 [...] Entre estes dispositivos estão a titulação e a outorga de senhorios (jurisdicionais ou não), reforçada no quadro da já referida Lei Mental, que em teoria podia permitir a reversão dessas concessões. A Coroa passou ainda a dispor de recursos mais amplos para actuar como instância de distribuição e redistribuição de honras e proventos com a definitiva incorporação em 1551 da administração das ordens militares de Avis, Cristo e Santiago"<sup>9</sup> Eis, pois a Coroa detentora de

---

<sup>8</sup> Cit. por R. C. GOMES, *Corte...* cit., p. 212.

<sup>9</sup> Nuno Gonçalo MONTEIRO, "O 'Ethos' nobiliárquico no final do antigo Regime: poder simbólico, império e imaginário social", in *almamack braziliense* n° 2, Novembro 2005. [Consult. 7 Maio 2011] Disponível em <http://www.revistasusp.sibi.usp.br/pdf/alb/n2/a01n2.pdf>.



dispositivos definidores dos diferentes estatutos e das diferentes classificações atribuídas aos membros da nobreza, que a colocam em favorável posição no jogo de decisões.

O surgimento do estado-mercador nos reinados de D. João II e de D. Manuel I não exclui a necessidade de mercadores<sup>10</sup>. Muito pelo contrário. Daí que alguns dos estrangeiros nobilitados sejam precisamente homens dos negócios, como Anton Herwart, que podem estreitar e reforçar os diferentes contactos internacionais de um comércio a longa distância. Esta é, aliás, a grande eliminatória de todos os mercadores: as suas possibilidades em manter um comércio diversificado e organizado segundo as grandes redes internacionais<sup>11</sup>. Vindo de países desde há muito influentes nas rotas comerciais europeias, como os italianos, ou oferecendo novos produtos de troca, novos mercados e interesses, como os alemães, estes negociantes surgem como importantes agentes na construção de um novo Império.

Oferecendo serviços insubstituíveis na formação e consolidação do Império, estes homens surgem como indispensáveis pilares de um estado em construção, pelo que o seu lugar é na corte. Na continuidade do que temos vindo a expor, e como afirma Rita Costa Gomes: "O serviço, conotado com valores feudais - embora em muitos âmbitos da sociedade de corte, plenamente autonomizado da própria relação feudo-vassálica -, constitui a razão de ser primordial da presença do cortesão junto do monarca"<sup>12</sup>.

Vejamos alguns exemplos. Basta recordar nomes como o de Martin Behaim, Bartolomeo Marchione, Lucas Giraldi, Ferdinand Cron,<sup>13</sup> Wolfgang Holzhuber,<sup>14</sup> ou ainda Valentim Fernandes e Jacob Cromberger para que o possamos comprovar. Enquanto os primeiros são mercadores, Valentim Fernandes e Cromberger exercem a actividade de tipógrafos pelo que, de um modo geral, são personalidades especializadas em importantes actividades como as do mundo dos negócios ou das letras que parecem poder receber uma distinção.

Neste sentido, é Martin Behaim, célebre autor do globo terrestre de Nuremberga, compilador de escritos sobre as viagens marítimas portuguesas e mercador, um claro e expressivo exemplo da "recíproca dependência" que se estabelece entre o serviço pessoal e particular do nobilitado e a

---

<sup>10</sup> Jorge M. PEDREIRA, "Mercadores e formas de mercantilização", in: *O tempo de Vasco da Gama*, dir. Diogo Ramada Curto, Lisboa, Difel, 1998, pp. 157-177.

<sup>11</sup> Mark HÄBERLEIN, "Die Augsburger Welser und ihr Umfeld zwischen Karolinischer Regimentsreform und Dreissigjährigem Krieg. Ökonomisches, kulturelles und soziales Kapital" in Mark HÄBERLEIN; Johannes BURKHARDT (Hrsg.): *Die Welser. Neue Forschungen zur Geschichte und Kultur des oberdeutschen Handelshauses*, Berlin, Akademie Verlag, 2002, S. 382-406.

<sup>12</sup> R. C. GOMES, *Corte...* cit., p. 231.

<sup>13</sup> A.A. Marques de ALMEIDA, *Capitais e Capitalistas no Comércio da Especiaria. O Eixo Lisboa-Antuérpia (1501-1549). Aproximação a um Estudo de Geofinança*, Lisboa, Cosmos, 1993, pp. 48 segs.

<sup>14</sup> Marion EHRHARDT, *A Alemanha e os Descobrimientos Portugueses*, Lisboa, Texto editora, 1989, pp. 92 segs.



coroa portuguesa. Behaim, que foi armado cavaleiro em Alcáçovas por D. João II já no ano de 1485, personifica um exemplo da primeira geração de comerciantes alemães em Portugal<sup>15</sup>.

Por outro lado, Valentim Fernandes, que teria chegado, entre 1493 e 1495, à capital lisboeta, tal como Anton Herwart e Hieronymus Münzer, é conhecido como um dos mais importantes impressores da sua época. Editor, tradutor, autor e homem de negócios, Valentim Fernandes tornar-se-á uma figura ímpar da sociedade quinhentista portuguesa<sup>16</sup>.

Editor de obras como a *Vita Christi* (1495) ou as *Ordenações Manuelinas* (entre 1512 e 1514), o tipógrafo imprime obras do humanista preceptor de D. Jorge, filho bastardo de D. João II e de muitos jovens nobres da corte portuguesa, o italiano Cataldo Sículo (1502 e 1513/14), como sinal da sua latinidade e erudição, a *Gramatica* de Estevão Cavaleiro (1516), ou ainda obras sobre viagens marítimas.

Num dos seus mais interessantes testemunhos sobre as descobertas, que Valentim Fernandes publica no ano de 1502 pode-se ler que esta obra foi "Feita por Valentym fernandez escudeyro da excellentissima Raynha Dona Lyanor"<sup>17</sup>. Nesta sua obra - uma das primeiras edições europeias do relato de Marco Polo - o cortesão tece um hino entusiástico ao Império. Na peugada de São Lucas, Valentim Fernandes afirma: "Vimos oje cousas marauilhosas" e, comparando o Tejo ao Nilo, vê a capital portuguesa repleta de mercadores de todo o mundo, à procura das especiarias, ouro, pérolas, diamantes, exóticos elefantes e coloridos papagaios.

O herdeiro da empresa marítima, D. Manuel, bafejado pela sorte, personifica o novo Portugal. Perante a surpresa e a notícia insólita de um outro mundo além-mar, Valentim Fernandes propõe-se "écrire le monde" (Frank Lestringant), uma tarefa comum a muitos geógrafos e eruditos europeus, alguns anos mais tarde, mas que no dealbar do século XVI se declara manifestamente precoce e singular<sup>18</sup>.

O escudeiro da rainha D. Leonor e, desde 1503, corretor do rei D. Manuel, bem como *notairo* dos comerciantes alemães em Lisboa, é um dos homens mais bem informados sobre as actividades comerciais e marítimas dos portugueses, como o testemunha o chamado auto notarial de 20 Maio de 1503. Neste seu escrito, Valentim Fernandes relata a descoberta do Brasil pela armada de Pedro Álvares Cabral num texto extremamente interessante dada a sua prematuridade e a maneira como descreve a costa brasileira e os seus habitantes. E será ainda graças à sua precisa

<sup>15</sup> Jürgen POHLE, *Martin Behaim (Martinho da Boémia). Factos, lendas e controvérsias*, Coimbra, CIEG, 2006.

<sup>16</sup> Artur ANSELMO, *Les Origines de l'imprimerie au Portugal*, Paris, Gulbenkian, 1983, pp. 153 segs.; Artur ANSELMO, *L'activité typographique de Valentim Fernandes au Portugal (1495-1518)*, Paris, Gulbenkian 1984; Marília dos Santos LOPES, "'Vimos oje cousas marauilhosas.' Valentim Fernandes e os Descobrimientos Portugueses" in: *Portugal - Alemanha - África. Do Imperialismo Colonial ao Imperialismo Político. Actas do IV Encontro Luso-Alemão*, coord. A. H. de Oliveira Marques, Alfred Opitz, Fernando Clara, Lisboa, Colibri, 1996, pp. 13-23.

<sup>17</sup> *O Livro de Marco Paulo - o Livro de Nicolao Veneto - Carta de Jeronimo de Santo Estevam, conforme a impressão de Valentim Fernandes, feita em Lisboa em 1502*, ed. por Francisco Maria Esteves Pereira, Lisboa, BN, 1922, p. Ajv.

<sup>18</sup> Veja-se M. S. LOPES, "'Vimos oje...' cit.



descrição do primeiro rinoceronte a chegar à Europa após a descoberta do caminho marítimo para a Índia que a notícia não iria ficar sem projecção em terras alemãs, como se pode constatar pela gravura de Albrecht Dürer.

Os meios intelectuais alemães, mormente os do conselheiro imperial, humanista e genro dos Welser, Konrad Peutinger - que se poderia ter encontrado com Valentim Fernandes, em 1488, aquando da sua passagem pela cidade de Augsburgo -, viriam a usufruir de um contacto com um dos estrangeiros mais influentes em Lisboa e a criar um estreito relacionamento com este pequeno país que, para além de centro do comércio das especiarias orientais, seria um informador básico da nova concepção do orbe terráqueo.

Valentim Fernandes que, à partida representa o anúncio do "self-fashioning" (Stephen Greenblatt), tornar-se-á escudeiro da coroa portuguesa. Como agente e intérprete nas trocas comerciais, impressor de obras fundamentais para a legislação portuguesa e para a formação das suas elites, o alemão torna-se um importante suporte institucional para a corte, um inestimável servidor do projecto real.

Se a corte, como afirma Rita Costa Gomes " [...] parece surgir, entre nós, mais como projecto dos monarcas [...] "19 não será, pois, de estranhar o relevo e a importância que homens como Valentim Fernandes podem adquirir na criação e reforço de novos serviços, como os da imprensa, da diplomacia e das relações externas.

A novidade e apreço do seu trabalho, bem como a qualidade da obra produzida, fazem de Valentim Fernandes um impressor reconhecido. Se atendermos ao facto que ainda em meados do século XVI, se ouvem queixas e críticas sobre a tipografia portuguesa considerada insuficiente, quer em qualidade, quer em quantidade poderemos reconhecer o papel do impressor alemão no dealbar da modernidade<sup>20</sup>.

Convém ainda referenciar que se estes homens não tivessem vindo para Portugal nunca teriam obtido tal honra e distinção. Por outras palavras, e embora saibamos que mercadores, como os Medici ou os Fugger, obtiveram, ao fim de alguns anos, a nobilitação, não era frequente entre os homens das finanças e negócios. O mesmo em relação aos impressores. Gutenberg, o fundador e impulsionador das artes da imprensa, apenas viria a usufruir de *moradoria*, já no final da sua vida, na corte de Adolf von Nassau, pelo que muitos serão os exemplos de grandes tipógrafos e editores

---

<sup>19</sup> R. C. GOMES, *Corte...* cit., p. 231.

<sup>20</sup> Jorge Borges de MACEDO, "Livros impressos em Portugal no século XVI. Interesses e formas de mentalidade" in: J.B. de M, *Os Lusíadas e a História*, Lisboa, Verbo, 1979, p. 29.



que não deixariam de ser vistos única e exclusivamente como importantes empreendedores, homens activos na vida das cidades e no mundo das letras e da cultura<sup>21</sup>.

Se a nobilitação, alcançada pela via do matrimónio com família nobres, era a via de ascensão para muitos burgueses, que assim cometeriam o pecado da burguesia, como o salienta Fernand Braudel,<sup>22</sup> o certo é que essa não era a única possibilidade, como o comprova o caso destes estrangeiros em Portugal.

No que respeita a Valentim Fernandes é o facto de ter trazido o seu capital cultural e de o terem colocado ao serviço da coroa portuguesa, que explica o ter adquirido o direito de imprimir com o privilégio del Rey, como no caso da *Glosa famosissima*, editada em 1501, ou como podemos ler no frontispício de *Marco Paulo*, segunda obra publicada com privilégio real, interditando-se a venda desta obra pelo país sem autorização de Valentim Fernandes. Também será ele a publicar, dois anos mais tarde (1503), em exclusividade, e por ordem do rei D. Manuel, os *Regymentos dos juizes e officiaes*<sup>23</sup>. Em 1505, Valentim Fernandes é referenciado nos "Autos dos Apostolos" como "servidor e empredidor de Su Alteza".

Através do seu mester, do seu leal e insubstituível serviço reconhecido como uma indispensável colaboração na construção do estado, estes homens tornam-se agentes da coroa portuguesa, que era, por sua vez, a grande promotora da tipografia em Portugal, como o destaca Jorge Borges de Macedo<sup>24</sup>.

Os reis portugueses, já antes inclusive autores, continuam no centro da corte e do seu programa cultural e organizativo. Pensemos nas *Ordenações* que, ao definirem este sentido lato de um esforço de organização, colecção, hierarquização e articulação da legislação portuguesa, sublinham sobremaneira este projecto real.

Na verdade, e como afirma Jorge Borges Macedo: "Também o estado "viu" quanto lhe podia ser vantajosa a utilização da tipografia; logo nos primeiros anos do século XVI, esta foi aproveitada na publicação das *Ordenações*, elemento decisivo na história jurídica e política do País"<sup>25</sup>. Trata-se de uma colecção monumental em cinco volumes, com uma tiragem de 1000 exemplares por volume<sup>26</sup>.

---

<sup>21</sup> Stephan FÜSSEL, *Gutenberg und seine Wirkung*, Frankfurt/M., Insel 1999; *Humanismus, Renaissance und Reformation. Kolonisatoren, Kaufleute, Erfinder*, ed. Kurt Fassmann, Frankfurt/M., Fischer 1983.

<sup>22</sup> Fernand BRAUDEL, *Civilisation matérielle, économie et capitalisme, XVe-XVIIIe siècle*, Paris, Armand Colin, 1979.

<sup>23</sup> Vd. A. ANSELMO, *L'origine...* cit., p. 193.

<sup>24</sup> MACEDO, "Livros impressos em Portugal..." cit., pp. 23-73.

<sup>25</sup> J. B. de MACEDO, "Livros impressos..." cit., p. 58.

<sup>26</sup> "Valentim Fernandez, liureiro, fez mill corpos de liuros dos cynquo liuros das Hordenações que per contrato lhe mandamos fazer, pelos quaes ha d'aver setecentos mill reis, a rezam de setecentos reis por cada corpo dos ditos liuros"; cit. por A. ANSELMO, *L'origine...* cit., p. 201.



Os exemplos de estrangeiros nobilitados em Portugal são, na sua grande maioria, trajectos particulares e isolados num universo de crescente personalização. Não se conhecem, pois, dinastias destas famílias. Na verdade, nunca podemos acompanhar mais do que uma geração - eventualmente para os Pessanha numa época anterior ou os Giraldi para mais tarde –, em que o prestígio individual facilmente se cruza com o projecto real, expressando a lógica clientelar que caracterizava a constituição destes serviços, ou seja, " [...] que é na própria Corte que se origina um conceito homogéneo de governo e 'regimento' [...] e que nela vêm a fazer-se ou a desatar-se os nós dos 'negócios' de longínquas carreiras"<sup>27</sup>.

Em suma, o facto de as actividades profissionais destes estrangeiros se relacionarem com serviços essenciais à política imperial portuguesa, explica o destacado lugar que irão desempenhar na consolidação de um estado em engrandecimento e fortalecimento de poder. São as funções e qualidades de parceiros comerciais privilegiados e/ou de conhecedores de saber especializado, como é o caso do impressor Valentim Fernandes, um inestimável construtor e propagador da ideia imperial, que legitimam a nobilitação de estrangeiros na corte joanina e manuelina. Para um estado-mercador que não deixa de ter dificuldades em angariar oficiais para os diferentes lugares, e cuja administração não possuía um corpo de funcionários diferenciado e muito menos especializado nas questões de fazenda, comércio e imprensa, a nobilitação de servidores estrangeiros foi uma importante alternativa para responder aos desafios do mundo moderno.

---

<sup>27</sup> R. C. GOMES, "A curialização..." cit., p. 187.